

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. – AGE

CNPJ(MF) nº. 13.178.690/0001-15

Rua do Apolo, 81, Bairro do Recife - Recife/PE – CEP: 50.030-220

Notas Explicativas da Administração às

**Demonstrações Contábeis em 31 dezembro de 2024 e 2023**

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando expresse)

## 1. Contexto Operacional

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGE**, pessoa jurídica de direito privado, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 e suas alterações, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Pernambuco, constituída com base na Lei Estadual nº 13.701, de 18 de dezembro de 2008.

A **AGE** é uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil. Sua Legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei Federal nº 4.595/64, de 31.12.64, e alterações posteriores, relativas ao Sistema Financeiro Nacional. A Agência recebeu autorização de funcionamento, conforme comunicado DEORF/GTREC - 2010/09947, de 09 de dezembro de 2010, do Banco Central do Brasil.

A **AGE** tem como principal finalidade a realização de ações de fomento econômico no Estado de Pernambuco, incluindo a realização de financiamentos para investimentos fixos, de giro, mistos, associados a projetos, utilizando recursos próprios ou repasse de recursos de instituições financeiras e fundos regionais, nacionais e internacionais, a concessão de garantias, a gestão de fundos de desenvolvimento e a prestação de serviços de consultoria financeira, em consonância com o Plano do Governo Estadual, podendo praticar todas as modalidades operacionais previstas nas normas do Banco Central do Brasil para as Agências de Fomento.

## 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76 e suas alterações, associadas às normas do CMN – Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil - BACEN, através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), porém nem todas foram homologadas pelo Banco Central do Brasil. Encontram-se aqui observadas aqueles listados no Capítulo 4 – Anexos – do COSIF. Os demais pronunciamentos técnicos não citados, enquanto não recepcionados por ato específicos do Conselho Monetário Nacional, não podem ser aplicados.

As demonstrações Financeiras ora apresentadas referem-se ao período encerrado em 31 de dezembro de 2024, data de encerramento do semestre e comparadas em conformidade com a Resolução BCB no. 2, de 12 de agosto de 2020, e tiveram sua emissão autorizada pela diretoria executiva em 20 de janeiro de 2025.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações Financeiras individuais estão definidas a seguir:

**a) Disponibilidades**

Para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalente de caixa corresponde aos saldos de Disponibilidades, que são utilizados para atendimento dos compromissos de curto prazo.

**b) Operações de Crédito**

As operações de crédito encontram-se atualizadas em conformidade com as correspondentes disposições contratuais, registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço quando pós-fixadas e líquido das rendas a apropriar em razão da fluência dos prazos das operações, quando pré-fixada.

Por recomendação do BACEN, a atualização das operações de crédito ocorre até o 60º dia, sendo contabilizada como receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, somente quando efetivamente recebidas.

Todas as operações de crédito estão classificadas obedecendo os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999, do CMN.

As operações de crédito em atraso são classificadas nos níveis de “A” até “H”. Aquelas classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas, são mantidas no mesmo nível em que se encontravam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

**c) Ativo Permanente**

O ativo permanente está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens considerando as taxas mínimas anuais estabelecidas na IN RFB 1700/17.

Os valores registrados no Intangível referem-se aos gastos com a implantação de sistemas e são amortizados levando em conta o vencimento final dos contratos.

**d) Ativos e Passivos Contingentes**

As provisões são reconhecidas quando a Agência tem uma obrigação legal ou implícita, como resultado de eventos passados. São avaliadas, reconhecidas e divulgadas de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução CMN 3.823/2009 e Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

**e) Demais Ativos e Passivos**

São demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Circulante e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

**f) Apuração do Resultado**

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser apropriadas nos períodos em que ocorrerem.

**g) Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro e demais Impostos Federais**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, quando exigível, são calculados em bases mensais sobre o resultado contábil do período, ajustado pelas adições determinadas, pelas exclusões admitidas e pelas compensações de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, até o limite definido em Legislação específica vigente à época da ocorrência dos fatos geradores. As contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4% respectivamente e são apuradas pelo regime cumulativo.

**h) Passivos Contingentes**

São avaliados e reconhecidos em conformidade com a NBC TG 25 (R2) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base no parecer da Assessoria Jurídica da Agência, sobre prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou extrajudicial. Quando existentes, são constituídas provisões para processos classificados como “Perdas Prováveis”, cujo valor de perda possa ser determinado ou estimado. Para os processos classificados como de “Perdas possíveis” onde não requer a provisão é realizada somente a divulgação em notas explicativas. Para este período de divulgação foram apontados pela Assessoria Jurídica, apenas registros de perdas possíveis, conforme relacionamos abaixo:

- a) Ação de Indenização por danos morais e materiais, movida por Andreza Sara de Lima;
- b) Ação Anulatória de débito, por danos e pedido de antecipação e pedido de antecipação de tutela, movida por Juracy da Costa Gomes;
- c) Ação Anulatória de débito, por danos e pedido de antecipação e pedido de antecipação de tutela, movida por Nilza Maria Campos Ferreira;
- d) Ação Anulatória de débito, por danos e pedido de antecipação e pedido de antecipação de tutela, movida por Magda Paula Ramos Vieira.

**3. Títulos e Valores mobiliários**

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresenta saldo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 conforme abaixo, visando inclusive, cumprir ao determinado na Resolução nº 2.828 do BACEN, no que trata da aplicação em Títulos Públicos Federais, sendo 90% destes aplicados em Fundos com remuneração pela taxa básica de juros da economia e os outros 10% em títulos do tesouro nacional na modalidade Tesouro SELIC:

	Vencimento	Dez/2024	Dez/2023
Curto Prazo (para negociação)		59.399	55.587
Cotas de Fundos de Renda Fixa	Sem vencimento	53.066	55.587
Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2025	6.333	
Longo Prazo (mantido até o vencimento)		-	5.719
Longo Prazo (mantido até o vencimento)		-	-
Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2025	-	5.719
<b>TOTAL</b>		<b>-</b>	<b>61.306</b>

#### 4. Operações de Crédito

As operações de crédito da Agência estão devidamente classificadas nos níveis de risco definidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN. As principais informações relacionadas às operações de crédito estão demonstradas a seguir:

##### 4.1. Composição por Atividade Econômica

A Vencer

	31.12.2024				31.12.2023			
	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais 360 dias	Total	Até 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais 360 dias	Total
Setor Privado								
Outros Serviços	2.582	2.459	4.700	9.741	1.502	1.120	1.776	4.398
Indústria	291	283	422	995	318	304	950	1.572
Comércio	1.299	1.286	2.406	4.992	470	383	453	1.306
Pessoa Física	3.612	1.125	114	4.851	3.635	654	62	4.351
Subtotal	7.784	5.153	7.642	20.579	5.925	2.461	3.241	11.627

Vencido

	De 0 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total	De 0 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total
Setor Privado								
Serviço	10	12	2	24	72	13	11	96
Indústria	7	-	-	7	24	29	19	72
Comércio	70	13	5	88	53	29	15	97
Pessoa Física	178	156	99	433	346	376	350	1.072
Subtotal	265	182	106	553	495	447	395	1.337

##### 4.2. Composição por Nível de Risco e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A VENCER	31.12.2024					31.12.2023	
Nível de risco	Até 180 dias	de 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total	% Resolução BACEN	Provisão	Provisão
A	4.855	2.683	4.057	11.595	0,50%	58	35
B	2.231	1.949	2.320	6.500	1,00%	65	14
C	123	60	40	224	3,00%	7	73
D	71	31	16	117	10,00%	12	13
E	111	35	36	182	30,00%	55	48
F	42	20	87	149	50,00%	75	47
G	37	5	2	44	70,00%	31	16
H	313	370	1.083	1.766	100,00%	1.766	471
<b>Total</b>	<b>7.784</b>	<b>5.153</b>	<b>7.642</b>	<b>20.579</b>		<b>2.068</b>	<b>717</b>

VENCIDO Nível de risco	31.12.2024					31.12.2023	
	De 0 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total	% Resolução BACEN	Provisão	Provisão
A	25	-	-	25	0,50%	-	-
B	20	-	-	20	1,00%	-	1
C	50	-	-	50	3,00%	2	5
D	25	22	-	47	10,00%	5	9
E	38	28	-	76	30,00%	23	18
F	11	15	-	26	50,00%	13	47
G	18	34	-	51	70,00%	36	57
H	77	74	106	257	100,00%	257	765
Total	265	182	106	553		335	902

## 5. Imobilizado de Uso

Demonstrada a seguir, a movimentação e composição dos ativos Imobilizados de Uso e Intangível:

	Saldo em 31/12/2023	Adições 1º Semt.2024	Saldo 30/06/2024	Adições 2º Semt.2024	Saldo em 31/12/2024
<b>PERMANETE</b>	<b>773</b>	<b>(124)</b>	<b>649</b>	<b>(40)</b>	<b>609</b>
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>147</b>	<b>(23)</b>	<b>124</b>	<b>73</b>	<b>197</b>
<b>Móveis e Equipamentos de Uso</b>	<b>965</b>	<b>9</b>	<b>973</b>	<b>111</b>	<b>1.084</b>
Mobiliário	286	-	286	-	286
Equipamento de Processamento	620	4	624	111	735
Outros Equipamentos	58	5	63	-	63
<b>(Depreciação)</b>	<b>(817)</b>	<b>(32)</b>	<b>(849)</b>	<b>(38)</b>	<b>(887)</b>
<b>(-) Depreciação Móveis Equip. de Uso</b>	<b>(817)</b>	<b>(32)</b>	<b>(849)</b>	<b>(38)</b>	<b>(887)</b>
(-) Mobiliários	(281)	(1)	(282)	(1)	(283)
(-) Equipamento de Proc. de Dados	(486)	(30)	(517)	(36)	(553)
(-) Outros Equipamentos	(50)	(1)	(50)	(1)	(51)
<b>Intangível</b>	<b>625</b>	<b>(100)</b>	<b>525</b>	<b>(113)</b>	<b>412</b>
Ativos Intangíveis	1.306	16	1.322	5	1.327
Sistema de Processamento Aquisição	19	-	19	-	19
Licenças Contratuais	1.287	16	1.302	5	1.308
<b>(-) Amortização Acumuladas</b>	<b>(681)</b>	<b>(116)</b>	<b>(797)</b>	<b>(118)</b>	<b>(915)</b>
(-) Sistema Proc. Dados/Aquisição	(10)	(2)	(12)	(2)	(14)
(-) Amortização de Licenças Contratuais	(670)	(114)	(784)	(116)	(901)

Os ativos Imobilizado e Intangíveis se encontram dentro da composição do plano de contas das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), estatuidos, respectivamente, pelas Cartas Circulares no. 3941 e 3940, de 22 de março de 2019; – BACEN.

## 6. Obrigações por Empréstimos e Repasses

Os valores registrados em Obrigações por Empréstimos e Repasses, referem-se ao repasse do FUNGETUR correspondente a financiamento de curto prazo e longo prazo, segundo termo aditivo ao contrato administrativo nº 005/2020, processos nº 72031.015148/2020-44 e nº 72031.004664/2020-43, celebrado entre a União (Ministério do Turismo) e a AGE, em sua cláusula segunda – da vigência e aditivos, 1º ao 11º, sendo no 10º liberados os valores de R\$ 2.713.194,33, R\$ 888.810,11 e R\$ 2.751.944,95. De acordo ao aditivo 10º, as obrigações ficam prorrogadas até 26/12/2025, sendo que os recursos do FUNGETUR são corrigidos pela SELIC e INPC, conforme demonstrados a seguir

### Passivo Circulante

	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações por Repasses – FINEP	-	52
Obrigações por Repasses – BNB	-	21
Obrigações por Repasses – FUNGETUR	6.919	4.004
	<b>6.919</b>	<b>4.077</b>

### Exigível a Longo Prazo

	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações por Repasses – FINEP	-	-
Obrigações por Repasses – BNB	-	-
Obrigações por Repasses – FUNGETUR	3.672	-
	<b>3.672</b>	<b>-</b>

## 7. Outras Obrigações - Diversas

Outras obrigações existentes, constituídas das provisões das despesas administrativas do mês de dezembro/2024 e as provisões das despesas de pessoal sobre férias acrescidas de 1/3 dos funcionários e Diretoria, correspondente ao saldo acumulado no final do exercício, provisão ordenado e outros credores.

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão Outras Despesas Administrativas	262	305
Provisão de Ordenado, Férias e Encargos	523	421
Credores Diversos	1.634	526
TOTAL	<b>2.419</b>	<b>1.252</b>

## 8. Patrimônio Líquido

### 8.1 Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, representa o montante de R\$ 97.710 (mil), representado por 96.654.408 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O Capital Social é representado exclusivamente por ações ordinárias. Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O Quadro de acionistas está assim constituído (em Reais 1,00):

	31/12/2024		31/12/2023	
	R\$	Percentual	R\$	Percentual
Acionistas				
Estado de Pernambuco	97.300.000	99,58%	97.300.000	99,58%
AD DIPER	350.000	0,36%	350.000	0,36%
SINDUSGESSO	50.000	0,05%	50.000	0,05%
FEMICRO	10.000	0,01%	10.000	0,01%
Demais Acionistas	10	0,00%	10	0,00%
<b>Total</b>	<b>97.710.010</b>	<b>100,00%</b>	<b>97.710.010</b>	<b>100,00%</b>

## 9. Despesa de Pessoal e Honorários

	2º Sem. 2024	2024	2023
Honorários	443	845	745
Alimentação	895	1.623	1.072
FGTS	172	352	316
INSS	641	1.176	1.055
Ordenado/Represent	1.736	3.451	3.127
Férias	241	539	468
13º Salário	177	358	315
Outras	116	242	149
	<b>4.422</b>	<b>8.586</b>	<b>7.247</b>

## 10. Outras Despesas Administrativas e tributárias

	2º Sem. 2024	2024	2023
Manutenção e Conservação	46	95	111
Processamento de Dados	502	999	1.357
Publicações	-	33	25
Serviços de Terceiros	200	322	198
Serviços Técnicos Especializados	-	-	59
Aluguéis	226	442	753
Comunicação	77	118	141
Serviços Sistema Financeiro	66	132	153
Água, Energia e Gás	62	130	95
Transporte	0	-	38
Tributárias	22	34	-
Outras	168	298	216
	<b>1.369</b>	<b>2.603</b>	<b>3.146</b>

## **11. Estrutura de Gerenciamento de Riscos**

A gestão de riscos da AGE considera as exigências e níveis regulatórios. É um processo que envolve identificação e medição dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta. O gerenciamento resulta em melhorias nos seus processos internos, com adequações da estrutura organizacional, de forma a envolver todas as áreas da instituição num processo contínuo de otimização, da gestão que visa os controles e a mitigação dos riscos.

### **a) Risco de Crédito**

O risco de crédito decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contratos decorrentes da deterioração na classificação de risco e da redução de ganhos ou remunerações face às vantagens concedidas por ocasião de renegociações e aos custos de recuperação. Nesse âmbito, em atendimento às disposições da Resolução Bacen nº 4.557 de 23/02/2017, existe política definida para a gestão do risco de crédito.

### **b) Risco de Mercado**

Foi implementada a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado na Instituição que tem o objetivo de identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição desses riscos, garantindo a existência de mecanismos eficientes para a supervisão e acompanhamento. Além da definição das diretrizes de gestão, foi encaminhada a sistematização das regras de apuração da parcela de Patrimônio de Referência Exigido, referente ao risco de mercado, considerando as características das operações existentes, tendo presente os requisitos mínimos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

### **c) Risco Operacional**

A Política de Gerenciamento de Risco Operacional definida contempla a visão gerencial e a cultura de controles, o reconhecimento e avaliação dos riscos, o controle das atividades e segregação de responsabilidades, o processo de informação e comunicação e a necessidade de monitoramento das atividades de controle. O sistema implantado com esse fim específico tem por base a classificação de riscos prevista no disposto na Resolução Bacen nº. 4.557 de 23/02/2017.



## 12. Eventos subsequentes

12.1 De acordo Comunicado do BACEN nº 42.403 de 12 de novembro de 2024, com a Implantação da Resolução 4.966 e 352 do Banco Central do Brasil, que entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 2025, nossas provisões de crédito aumentaram em torno de R\$ 273 (mil), não tendo nenhum outro impacto relevante com a implantação dela.

12.2 Outros eventos subsequentes

Para demais situações, a Agência de Fomento avaliou os eventos ocorridos após o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não sendo identificado até a data de autorização para emissão dessas demonstrações, outros eventos que não tenham sido mencionados que venham a ter efeitos relevantes ou requeiram a sua divulgação nessas demonstrações financeiras.

Recife, 31 de dezembro de 2024.

**Ângela Mochel de Souza Netto**  
Diretora Presidente

**Adilson Gomes Barbosa**  
Diretor Financeiro

**Ivete Jurema Esteves Lacerda**  
Diretora de Operações e Negócios

**Rodrigo Venâncio da Silva**  
Diretor de Planejamento e Gestão

**Teótimo Soares de Almeida**

Contador-CRC nº 022654/O-0